

A Qualificação Profissional na Estratégia de Inclusão Produtiva Urbana do Plano Brasil Sem Miséria

Por Patricia Vieira da Costa e Luiz Herberto Müller, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)

A maior parte da população pobre em idade adulta do Brasil é economicamente ativa. Contudo, sua inserção no mundo do trabalho em geral é precária, com renda baixa e instável. Em larga medida, isso se deve ao fato de não terem tido acesso à educação e a bons cursos de qualificação profissional. O Plano Brasil Sem Miséria, cuja prioridade é o combate à extrema pobreza, criou uma estratégia de inclusão produtiva que trouxe novas perspectivas a essas pessoas.

O carro-chefe dessa estratégia no meio urbano é o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), que apresenta cursos gratuitos de qualidade, reconhecidos pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo mercado, ministrados por escolas de entidades patronais ou de redes públicas de ensino profissional e técnico. Os cursos têm duração mínima de 160 horas e há 441 modalidades, tais como operador de computador, recepcionista, eletricitista e pedreiro.

As tentativas anteriores de conferir escala à qualificação profissional com a inclusão da população mais pobre não prosperaram em razão das especificidades desse grupo, que requer políticas desenhadas sob medida. Falta de acesso a informações, baixa escolaridade, jornada de trabalho de várias horas ao dia e longas distâncias a percorrer até a escola são alguns dos obstáculos que, somados à baixa renda, dificultavam a participação desse público. Com o objetivo de reduzir todos estes entraves o governo federal, além de cobrir os custos dos cursos, paga o material didático, transporte e lanche.

Entretanto, existiam ainda dois grandes desafios a serem superados. Primeiro, havia dificuldades para divulgar os cursos e sensibilizar o público quanto à importância da qualificação. Muitos sequer se viam como destinatários da política. A entrada da rede de assistência social na estratégia mudou essa situação. A experiência no atendimento a famílias vulneráveis, a abrangência nacional e a capilaridade da rede fizeram dela o parceiro ideal para o Ministério da Educação no programa. A rede de assistência chega até o público de baixa renda e o encaminha aos cursos e aos serviços de intermediação de mão de obra.

Outro desafio era o de adaptar os cursos ao público. O material didático foi revisto e o início das novas turmas passou a ser precedido de um período de acolhimento, planejado para recepcionar as pessoas mais pobres. Ao contrário de iniciativas anteriores, agora a maior parte dos alunos (43 por cento) estuda em período noturno, de modo a conciliar trabalho e estudo. Os pré-requisitos de escolaridade foram reavaliados, e hoje 62 por cento das matrículas são para cursos que exigem apenas o ensino fundamental incompleto.

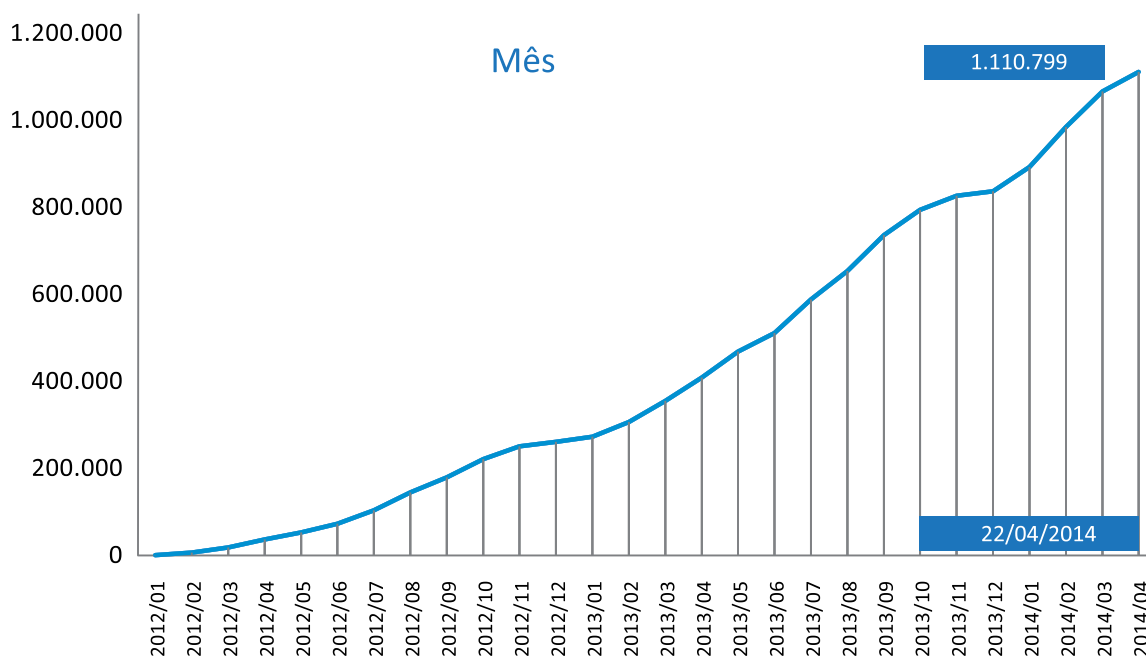
A quantidade de vagas e os cursos oferecidos em cada cidade são negociados entre o poder público, as escolas, os trabalhadores e o empresariado. A decisão considera a vocação econômica e os déficits de mão de obra da região, de forma a aumentar as chances de contratação dos egressos. Em pouco mais de dois anos, o Pronatec Brasil Sem Miséria já teve 1,1 milhão de matrículas – quase 70 por cento de mulheres. O programa não ficou restrito às capitais e às grandes cidades: em 3.479 dos 5570 municípios há cursos do programa.

As ações de intermediação, fundamentais para a inserção no mercado de trabalho, são executadas por uma rede coordenada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), com apoio da rede de assistência social. Não menos importante é a parceria com as empresas responsáveis por grandes obras de infraestrutura, para qualificar e contratar o público da região dos empreendimentos, reduzindo a migração de trabalhadores e mitigando problemas sociais decorrentes dessas movimentações.

A qualificação do Pronatec também melhora a inserção produtiva dos empreendedores. Quase 400 mil beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) se formalizaram como microempreendedores individuais. Para estruturar e expandir os negócios, eles têm acesso ao microcrédito produtivo orientado a taxas de juros reduzidas do Programa Crescer, que já fez 2,8 milhões de operações com beneficiários do Bolsa Família. O Brasil Sem Miséria também apoia 7,8 mil empreendimentos de economia solidária em todo o país, beneficiando diretamente mais de 150 mil pessoas.

Com acesso em larga escala à formação profissional de qualidade, estímulo ao empreendedorismo e crédito facilitado, o Brasil reduz as desigualdades no mercado de trabalho.

Evolução da quantidade de matrículas no Pronatec Brasil Sem Miséria



Fonte: Elaboração do autor.

Referências:

- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Brasil sem miséria no seu município*. Brasília, dezembro de 2013. Disponível em: <www.brasilsemiseria.gov.br/municipios>.
- _____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Pronatec Brasil Sem Miséria*. Brasília, abril de 2014. Disponível em: <www.brasilsemiseria.gov.br>.
- _____. Ministério da Educação. *Sítio Institucional do Pronatec*. Disponível em: <<http://pronatec.mec.gov.br>>.
- SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). Portal do empreendedor. Disponível em: <<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/mei-microempreendedor-individual>>.